



16° Congresso de Iniciação Científica

EVOLUÇÃO RECENTE DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA LAVOURA CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO: ANÁLISE DE PESQUISA DE CAMPO

Autor(es)

JORGE AUGUSTO BOSQUERO

Orientador(es)

ELIANA TADEU TERCI

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

1. Introdução

O Projeto de Iniciação Científica faz parte de um projeto maior, desenvolvido por pesquisadores (professores e alunos) do Curso de C. Econômicas da FGN e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR) da FCH da UNIMEP, numa parceria com pesquisadores da UNIOESTE e do IPEA-RJ, realizado entre 2004 e 2007 com o apoio da FAP-UNIMEP e CNPQ. O procedimento metodológico principal tem sido a pesquisa de campo, através de recorte amostral, com aplicação de questionário e entrevistas qualitativas. O objetivo da pesquisa é identificar, diagnosticar e analisar as modificações recentes nas relações socioeconômicas entre Usinas e Fornecedores de Cana dos Estados de São Paulo e Paraná no contexto das modificações organizacionais, tecnológicas e do ambiente institucional da agroindústria canavieira brasileira. O total da amostra de 334 questionários foi realizado em duas etapas e atingiu as 7 mesoregiões canavieiras mais importantes do estado de São Paulo em quantidade de cana produzida: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Os dados, organizados a partir das mesoregiões do IBGE permitem estudos específicos, como este projeto de Iniciação Científica cujo objetivo foi analisar os arranjos trabalhistas na Mesoregião de Ribeirão Preto que é a região canavieira mais moderna do Estado de São Paulo.

Segundo Pires (1996), a expansão canavieira na região de Ribeirão Preto insere-se no surto de desenvolvimento da agroindústria açucareira brasileira no final dos anos 40 e início dos 50. Como o açúcar nordestino, durante a Segunda Guerra Mundial, não conseguiu atender toda a demanda, esse mercado foi ocupado, também, por usinas paulistas e fluminenses.

Outro fator importante de expansão agroindustrial foi o Proálcool. Na safra de 1970-71, o Estado de São Paulo produziu cerca de 50% do açúcar e 70% do álcool produzidos no Brasil todo. Portanto, São Paulo foi o maior beneficiado com os investimentos do Proálcool.

Em termos regionais na Região de Ribeirão Preto, a cultura se expandiu para além dos municípios que já possuíam usinas antes do Programa e na safra 1980/81, enquanto São Paulo respondia por 73% da

produção de álcool do país e a Região de Ribeirão Preto respondia por cerca de 30% da produção do Estado. (PIRES:1996)

A sua plantação se dava em terras das próprias usinas e nas terras dos fornecedores, proprietários de sítios e fazendas que passaram a produzir cana destinada às usinas e destilarias. Devido a esta grande expansão, a paisagem dominante nestas regiões, assemelha-se como um verdadeiro “mar de cana”.

Porém, a relação entre usinas e fornecedores de cana sempre foi muito delicada, mesmo na existência de uma legislação específica determinando um limite máximo de utilização de cana própria da usina de forma a preservar uma cota aos fornecedores. O problema maior ocorre na definição do preço da cana, dependente do preço do açúcar e, portanto arbitrado pelo mercado. Estes municípios apresentam, geralmente, uma grande população de pequenos fornecedores de cana, sendo que muitos são ex-colonos de café que adquiriram partes de antigas fazendas.

Outro problema social de grande envergadura diz respeito ao emprego de mão de obra. O processo de modernização parcial da lavoura canavieira foi responsável pelo aparecimento do trabalho volante: em 1940, a quantidade de mão-de-obra temporária era de 123 trabalhadores e, em 1972, chegou a mais de 4 mil. O emprego de trabalhadores temporários a partir de 1960 se tornou progressivamente dominante, tendo se intensificado com o Proálcool.

A década de 1990 apresenta-se como uma nova etapa da agroindústria canavieira no Brasil e na região de Ribeirão Preto. Segundo Guedes (2006) ocorre uma mudança de orientação do Estado em relação ao setor, trocando sua função intervencionista por uma de caráter mais regulador, intensificando a competição inter e intracapitalistas.

O novo cenário mostra-se mais tecnológico e, diante disso, muitas usinas malograram devido à antiga cultura subvencionista do Estado. Com esta modernização, parece ressurgir outra forma de subordinação dos fornecedores em relação às usinas. A concentração técnica da produção torna-se evidente. É nesse novo cenário que a partir de 2000, com a melhora nos preços internacionais do açúcar e a assinatura do Protocolo de Kioto que firma compromisso com a mistura de álcool à gasolina, novo surto de expansão tem lugar no Estado de São Paulo.

Isto implica o revigoramento do fluxo de trabalhadores migrando para a região sudeste e se submetendo às péssimas condições de trabalho tão observadas, em algumas regiões, na lavoura de cana. A lavoura canavieira, especificamente a Região Sudeste, com destaque para Piracicaba e Ribeirão Preto, apresentam as melhores oportunidades de trabalho devido a tendência de expansão dos mercados nacional e internacional do álcool combustível e do açúcar. Na tentativa de melhores oportunidades, os trabalhadores rurais deixam seus estados de origem e partem para os estados mais desenvolvidos economicamente e são levados a se submeter aos tratamentos impostos nestas zonas de trabalho. Este seria um dos motivos das denúncias de trabalho escravo e condições subumanas de trabalho ocorridas em décadas passadas, como, por exemplo, as péssimas condições de moradia oferecidas aos trabalhadores rurais que são, na grande maioria, originários dos estados do Nordeste.

Atualmente, a qualidade do emprego na cultura canavieira obteve melhorias: os trabalhadores rurais conquistaram jornada de trabalho mais regulares, carteiras de trabalho assinadas, a contribuição para a Previdência Social e redução do trabalho infantil. Há maior participação nos auxílios recebidos como alimentação, transporte, moradia e saúde, ocasionadas pelas melhorias do grau de formalidade e do rendimento. (Ver DIAS de MORAES: 2008)

Apesar destes resultados, ainda são constatados problemas relevantes quanto às leis trabalhistas que não são cumpridas da maneira correta e o desrespeito com os trabalhadores rurais verificados em todo o ciclo da agroindústria brasileira. A exploração do trabalho, através da colheita manual, podendo levar estes trabalhadores a vários problemas de saúde provocados pelo excessivo esforço físico, provocando inclusive mutilações como perda dos dedos das mãos e dos pés. Estes casos infelizmente, ainda são recorrentes na agricultura canavieira. (Ver MORAES SILVA: 1999)

2. Objetivos

Identificar a extensão das práticas de intermediação nas relações de trabalho na lavoura canavieira, as condições em que ocorrem e as razões de sua incidência.

3. Desenvolvimento

Sendo o objetivo da pesquisa identificar a extensão das práticas de intermediação nas relações de trabalho na lavoura canavieira, as condições em que ocorrem e as razões de sua incidência, optou-se por realizar pesquisa de caráter qualitativo, via entrevistas, pois não são possíveis de se perceber apenas de fontes secundárias, como o IBGE, da PAM e da PNAD que estão defasados ou não atende as necessidades da Pesquisa.

Através de contato junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto, selecionou-se 10 empreiteiros de mão de obra e aplicou-se questionário contendo questões que permitissem construir o perfil desses empreiteiros de mão-de-obra, os procedimentos adotados, o nível de informalidade das relações de trabalho, entre outras.

4. Resultado e Discussão

De acordo com a pesquisa realizada dos dez empreiteiros de mão de obra, apenas dois são fornecedores de cana. Todos constituem empresas no intuito de garantir a legalidade do empreendimento e evitar problemas com a legislação, 70 % destas empresas deram início as suas atividades após meados da década de 1990.

Quando perguntados sobre a motivação para a empreitada, 30% dos entrevistados responderam que vislumbraram oportunidade de maiores rendimentos e, também, para mudarem de área profissional. O restante já atuava no ramo, mas, informalmente ou como trabalhador rural.

Antes de serem turmeiros, eles exerciam atividades ligadas a lavoura canavieira como motorista, trabalhadores rurais e agenciadores de turma, 80% dos entrevistados alegaram mudar de ramo na busca de maiores salários; 30% responderam que possuem outros familiares que atuam na função de turmeiro.

A grande maioria destas empresas oferecem serviços, como plantio e tratos culturais. Dentre elas, 70% oferecem apenas o corte da cana e uma minoria oferece aplicação de inseticida e herbicida, e outra parte oferece corte, carregamento e transporte da cana.

Existe um grande equilíbrio na questão para quem estes empreiteiros trabalham, pois a grande maioria presta serviço tanto para as Usinas quanto para os Fornecedores. Segundo eles, estes acordos com as Usinas são baseados conforme a safra e registrado em cartório. No caso dos fornecedores, dos 50% que responderam, disseram que são apenas contratos verbais.

Todos estes empreiteiros possuem firma aberta e estão classificados na prefeitura e na Junta Comercial como: Prestação de serviços e mão-de-obra (cultivo, colheita, plantio e transporte de cana de açúcar).

Abaixo, estão os procedimentos realizados para formação de turmas de trabalhadores e a explicação desde a arrematação até a contratação:

1º. Os trabalhadores interessados em trabalhar com a cana, passam por uma “bateria” de exames. Se aprovados são contratos. Os exames são realizados na cidade do trabalhador (residência fixa).

2º. Os trabalhadores ao serem contratados, passam a receber alguns treinamentos básicos: 1) Segurança do trabalho; 2) Noções básicas de primeiros socorros; 3) Doenças sexualmente transmissíveis: DST, AIDS e 4) Uso e conservação de equipamentos de proteção individual. Ainda é realizado à integração entre os trabalhadores de cada empreiteiro e as tomadoras de mão-de-obra.

3º. Antes de iniciar os trabalhos, o DER faz uma vistoria do veículo que irá transportar os trabalhadores (mecânica, elétrica, compartimento de ferramentas, barraca sanitária, toldo, caixa de primeiros socorros, maca etc.) e após a vistoria, o DER libera o mesmo para a utilização.

4º. É entregue aos trabalhadores os equipamentos de proteção individual para ser utilizado no dia-à-dia (toca árabe; óculos com lente; máscara respiratória; calça; camisa; luvas de raspão; mangote; alma de aço;

butina com pico e metatarço; facão; lima; perneira com protetor de facão e lima; marmita; garrafão térmico e mochila).

5º. Início do trabalho.

Quanto ao aumento ou a diminuição da quantidade de trabalhadores contratados, dos dez entrevistados, sete responderam que a quantidade diminuiu, apenas um respondeu que aumentou e dois não responderam ao questionário. Dentre as causas possíveis para esta queda na contratação de trabalhadores, 70% dos entrevistados alegam à mecanização da lavoura.

Todos os Empreiteiros assumem os compromissos legais perante a lei trabalhista e todos os seus funcionários são registrados devidamente.

Para a grande maioria, 60% dos entrevistados, houve uma importante melhora nas relações de trabalho, principalmente, nas condições de trabalho que foram e estão sendo conquistadas ao longo das décadas. Vale ressaltar, também, o alerta que os empreiteiros reportam sobre o incremento da tecnologia no setor, especialmente através da mecanização, que isso gerará uma substituição desta mão-de-obra por bens de capitais, acarretando, assim, um aumento do desemprego no setor Sucroalcooleiro.

Para 30%, as relações trabalhistas continuam a mesma e apenas 10% respondeu que essa relação piorou devido aos direitos conquistados por estes trabalhadores.

A remuneração dos trabalhadores se dá através de acordos via Sindicato. O Empreiteiro não pode pagar menos que o piso salarial estabelecido. Todos os trabalhadores devem ser remunerados também pelas horas extras realizadas.

5. Considerações Finais

A partir da pesquisa pode-se perceber que ainda prevalece a intermediação nas relações de trabalho, ainda que se busque evitar incorrer em irregularidades. Porém, dentro desta análise, os interesses políticos e as repercussões negativas podem tomar dimensões muito maiores, não só no Brasil, mas em outros países, especialmente naqueles mais desenvolvidos economicamente onde, através de barreiras econômicas, comerciais e tributárias, dificultam a entrada do produto brasileiro em seus países de maneira mais acentuada.

No caso brasileiro, denúncias de trabalho-escravo e condições precárias de trabalho tornam-se grandes empecilhos à entrada dos subprodutos da agroindústria canavieira nos mercados externos. Quando o assunto se trata das leis trabalhistas, órgãos internacionais, como, por exemplo a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a ONU (Organização das Nações Unidas) mantêm uma severa fiscalização nos países para verificar se os tratados firmados e que regem o comércio internacional, estão sendo praticados. Para se ter uma idéia desta repercussão, se os trabalhadores da lavoura canavieira são expostos a estas baixas e desumanas condições e seus direitos deixam de ser praticado, o Brasil não só perde a chance de conquistar esse promissor mercado (através de certificações, por exemplo) como também tem a sua imagem denegrida no cenário internacional, afetando as relações já existentes.

Referências Bibliográficas

BALSADI, O. V. Mercado de Trabalho Assalariado na Agricultura da Cana-de-Açúcar no Brasil no Período 1992-2004. Informações Econômicas, SP, v.37, n.2, fev.2007.

DIAS DE MORAES, M. A. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. Revista de Economia. Aplicada, 11(4): 605-619, out-dez 2007. Disponível em <http://www.esalq.usp.br/gemt/content.php?sectionid=7&id=9>, acesso em 15/02/2008.